

RECURSO ESPECIAL Nº 1.793.160 - RS (2019/0016960-7)

RECORRENTE : DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
PROCURADOR : MARLISE FISCHER GEHRES E OUTRO(S) - RS050819
RECORRIDO : JOAO DAVID MALDANER
RECORRIDO : FERNANDO GOBBO
ADVOGADO : GABRIELA BRAGA TREVISÓ - RS052055

DECISÃO

JOÃO DAVID MALDANER interpõe ação ordinária contra o DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – DETRAN/RS, na qual objetiva tutela jurisdicional no sentido de compelir a autarquia de trânsito/ré a proceder à remarcação dos dados alfanuméricos do veículo automotor GM/Corsa Super, placas JLV 7271, em razão de que, embora constatada a adulteração dos sinais identificadores do referido automóvel, não foi possível apontar o autor do delito, mesmo com a instauração de inquérito policial para tanto.

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, negou provimento à apelação do DETRAN/RS, mantendo a decisão monocrática de procedência da ação, nos termos da seguinte ementa (fl. 209):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. ADMINISTRATIVO. TRÂNSITO. IRREGULARIDADE NA NUMERAÇÃO DO CHASSI. LEGALIDADE DA AUTUAÇÃO. PERÍCIA REALIZADA EM INQUÉRITO POLICIAL QUE CONSTATOU O TRANSPLANTE DA NUMERAÇÃO DO CHASSIS. INQUÉRITO ENCERRADO, INCONCLUDENTE QUANTO À AUTORIA DA ADULTERAÇÃO. POSSIBILIDADE DE DETERMINAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO. BOA-FÉ DOS ADQUIRENTES NÃO DESFEITA PELA PERÍCIA QUE NADA CONCLUIU EM RELAÇÃO À AUTORIA. APELAÇÃO DESPROVIDA.

Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados (fls. 227-238).

DETRAN/RS interpõe o presente recurso especial, com fundamento no artigo 105, inciso, III, alíneas *a* e *c*, da Constituição da República, na qual aponta contrariedade, pelo aresto vergastado, ao art. 114 e §§, do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, porquanto, em síntese, legal e regular a negativa da autorização de remarcação da numeração do motor ou de chassi adulterado, sendo irrelevante a autoria da fraude ou a boa-fé do atual proprietário do automóvel.

Alega, ainda, dissídio jurisprudencial existente entre o acórdão vergastado e julgados desta Corte relacionados à questão.

Não foram apresentadas contrarrazões ao recurso especial.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante impugnou a fundamentação apresentada na decisão agravada, e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

No que concerne à alegação de contrariedade ao art. 114, e §§, do CTB, verifica-se que o Tribunal *a quo*, na fundamentação do *decisum*, assim firmou entendimento (fls. 211-213):

[...]

Historio inicialmente que o referido veículo, de propriedade de João David, foi adquirido por Fernando, ambos autores da demandada, em 05 de outubro de 2007 (fl. 21).

E, antes mesmo de realizar a transferência da propriedade junto ao DETRAN/RS, o demandante Fernando vendeu o bem para Rafael por intermédio de uma revenda na localidade de Sertão (fls. 21v-22), a quem, quando da vistoria, foi negada administrativamente a regularização do veículo em razão da necessidade de perícia para verificar a irregularidade no chassi.

Tal circunstância levou ao desfazimento do negócio entre o demandante, a revenda e Rafael e o ajuizamento da presente demanda, postulando a regularização do veículo (fls. 26, 28-30).

Com efeito, dispõe o artigo 6º da Portaria 171/2002 - DETRAN/RS:

Art. 6.º Deverão ser imediatamente apresentados à autoridade policial os veículos que tenham a numeração de chassi, de motor, de caixa de câmbio, de diferencial ou de eixos nas seguintes situações:

I - com a numeração em desacordo com o padrão do fabricante e que não atenda ao disposto no artigo 5º.

desta Portaria;

II - com a numeração removida por qualquer tipo de processo;

III - com a numeração vinculada a veículo furtado ou roubado, exceto se a mesma constar na BIN para o veículo apresentado ou se o fabricante informar que o mesmo foi montado com aquele motor.

Parágrafo único. Nos casos em que o Ministério Público ou o Poder Judiciário concluir pela impossibilidade de apuração do responsável pelo ilícito penal, ou a autoridade policial, pela inexistência do mesmo, e a numeração original não for determinada pela perícia técnica, a regularização deverá ocorrer somente com determinação judicial cível (grifei).

No caso, submetido o veículo à autoridade policial e realizada perícia pelo Departamento de Criminalística do Instituto Geral de Perícias, pontificaram os "experts" que a numeração identificadora de chassi do veículo foi transplantada (fl. 40).

Embora constatada a irregularidade no chassi na perícia realizada, o inquérito policial foi encerrado, sem indiciamento pela autoridade policial (fl. 53), sendo requerido o arquivamento pelo Ministério Público (fls. 55-58), que foi acolhido pelo magistrado (fl. 59), dada a impossibilidade de se aferir quem foi o autor da adulteração.

[...]

Consoante se constata dos excertos colacionados do aresto vergastado, o Tribunal *a quo*, diante da impossibilidade de imputação de autoria do ilícito penal e, ainda, com base no que dispõe o art. 6º da Portaria DETRAN/RS N. 171/2002, entendeu pela plausibilidade de regularização (remarcação) dos dados alfanuméricos do veículo, compreensão essa impossível de refutação em sede de recurso especial, visto que, para tanto, implicaria no revolvimento do mesmo acervo fático já analisado, além, é claro, da análise e interpretação do citado ato administrativo (Portaria n. 171/02), o que é vedado por óbices das Súmulas n. 7/STJ e n. 518/STJ.

Sobre a questão, os julgados a seguir:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. ART. 535 DO CPC/73. VIOLAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA N. 284/STF. DECRETO. INFRINGÊNCIA. CONCEITO DE LEI FEDERAL. SÚMULA N. 518/STJ. FUNDAMENTO SUFICIENTE INATACADO. SÚMULA N. 283/STF. RAZÕES DISSOCIADAS DO FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. SÚMULA N. 284/STF. ASTREINTES. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. DISSENSO PRETORIANO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015 para o presente Agravo Interno, embora o Recurso Especial estivesse sujeito ao Código de Processo Civil de 1973.

II - O recorrente não indicou de forma precisa o ponto omissivo, contraditório ou obscuro do acórdão recorrido, tampouco a sua importância para o deslinde da controvérsia, resultando em fundamentação deficiente quanto à alegada violação ao art. 535 do CPC/73. Aplicação da Súmula n. 284/STF.

III - O conceito de tratado ou lei federal, previsto no art. 105, inciso III, a, da Constituição da República, deve ser considerado em seu sentido estrito, não compreendendo súmulas de Tribunais, bem como atos administrativos normativos, o que atrai o óbice da Súmula n. 518/STJ.

IV - O recorrente deixou de impugnar fundamento suficiente do acórdão recorrido, apresentando razões dissociadas daquilo que restou decidido pelo tribunal a quo, o que atrai, em conjunto, os óbices das Súmulas n. 283 e n. 284 do STF.

V - Esta Corte entende que, para a revisão do valor arbitrado a título de "astreintes", há necessidade de revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que lhe é vedado, ante o enunciado da Súmula 7/STJ.

VI - O recurso especial não pode ser conhecido com fundamento na alínea c, do permissivo constitucional, pois a parte recorrente deixou de juntar certidão ou cópia do acórdão apontado como paradigma ou, ainda, reproduziu julgado disponível na Internet, sem indicação da respectiva fonte, bem como deixou de indicar o repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, no qual foi publicada a decisão divergente, malferindo, assim, o disposto nos arts.

541, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e 255, § 1º, a, e § 2º, do Regimento Interno desta Corte.

VII - Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

VIII - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art.

1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

IX - Agravo Interno improvido.

(AgInt no REsp 1247725/SC, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 08/02/2019)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. VEÍCULO APREENHIDO PELA AUTORIDADE DE TRÂNSITO - OBJETO DE FURTO E ADULTERAÇÃO DO CHASSIS. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE RECONHECE A POSSIBILIDADE DE REGULARIZAÇÃO DO AUTOMÓVEL. PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. REVISÃO DO JULGADO. SÚMULA 7 DO STJ.

1. O Superior Tribunal de Justiça firmou compreensão de que a autoridade de trânsito não está obrigada a expedir o Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo - CRLV quando o chassi ou qualquer sinal identificador do automóvel - componente ou equipamento - for adulterado, remarcado ou suprimido, a ponto de tornar impossível a sua identificação original.

2. Em regra, a ausência de prova da autoria do delito, bem como da boa-fé do adquirente do veículo adulterado, não gera reflexos no direito administrativo, mas apenas no âmbito penal, uma vez que tais circunstâncias não legitimam a propriedade nem o regular uso do bem, ante a existência de fortes indícios de sua origem ilícita.

3. Hipótese em que o autor adquiriu o veículo em 17/05/2004, tendo este sido furtado no dia 09/01/2005 e, algum tempo depois, recuperado pela autoridade policial com o chassi adulterado.

4. Tendo as instâncias originárias, diante da excepcionalidade do caso concreto, reconhecido a propriedade e a origem lícita do veículo, bem como ter sido o autor vítima de furto, não há como verificar a suposta ofensa ao arts. 114, 124 e 125 do Código de Trânsito Brasileiro sem incursionar no conjunto fático-probatório dos autos, providência inviável em sede de recurso especial, a teor da Súmula 7 do STJ.

5. Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no REsp 1523877/RS, Relator Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, Julgamento em 21/03/2017, DJe 26/04/2017).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. CHASSI. REMARCAÇÃO. LICITUDE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO.

1. O agravante insiste na tese de que a regularização da documentação do veículo é impossível, pois, no caso em que há adulteração na numeração do chassi, "a Administração não pode ser obrigada a emprestar licitude ao que é intrinsecamente ilícito". Todavia, na hipótese em apreço, a Corte de origem pautou-se, justamente, no afastamento da ilicitude, com esboço no conjunto probatório dos autos.

2. Observa-se que acórdão recorrido delineou a controvérsia dentro do universo fático-comprobatório. Caso em que não há como aferir eventual

violação dos dispositivos infraconstitucionais alegados sem que se abram as provas ao reexame, o que é vedado pelo teor da Súmula n. 7 do STJ.

Agravo regimental improvido (AgRg no AREsp 673.370/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/6/2015, DJe 26/6/2015)

Ademais, os óbices sumulares n. 7/STJ e 518/STJ também impedem o conhecimento do recurso no tocante à apontada divergência jurisprudencial.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 255, § 4º, I, do RI/STJ, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

